

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM CONSULTORIA E
AUDITORIA EM GESTÃO FINANCEIRA

JOAQUIM MENDES PEREIRA

**CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE CONSULTIVA PARA LONGEVIDADE
DA PROFISSÃO CONTÁBIL**

JUAZEIRO DO NORTE
2022

JOAQUIM MENDES PEREIRA

**CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE CONSULTIVA PARA LONGEVIDADE
DA PROFISSÃO CONTÁBIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação de pós-graduação do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, para obtenção do título de especialista em Consultoria e Auditoria em Gestão Financeira.

Orientador: Esp. Frank Junio Mendonça

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2022

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que forma a contabilidade consultiva pode contribuir para a longevidade da profissão contábil e específicos de relacionar as principais áreas de atuação da contabilidade, elencar os principais pilares de sustentação da contabilidade consultiva e coletar a percepção dos respondentes acerca da adoção dos pilares da contabilidade consultiva na sua prática cotidiana de trabalho. A relevância dessa temática se deve a necessidade dos contadores buscar uma nova alternativa para se fortalecerem profissionalmente, demonstrando aos empresários seu real valor, contribuindo para o crescimento mútuo. Referido estudo, partiu dos pressupostos de que os profissionais da contabilidade, mesmo que empiricamente, adotam as boas práticas da metodologia da contabilidade consultiva nas rotinas de trabalho, que os pilares do método científico-contábil e da tecnologia acessível da contabilidade consultiva são os mais recorrentes, na prática cotidiana de trabalho dos profissionais de contabilidade pesquisados e que os pilares do protagonismo do contador e do reposicionamento estratégico da contabilidade consultiva são os menos recorrentes, na prática cotidiana de trabalho dos profissionais de contabilidade pesquisados. Utilizou-se como base para o referencial teórico, livros, sites de pesquisa, artigos e dissertações. Quanto à natureza dos dados caracteriza-se como qualitativa. Os resultados obtidos apontam que a maioria dos profissionais de contabilidade precisam ter maiores habilidades em diferentes áreas do conhecimento para aplicar a contabilidade consultiva confirmando parcial e/ou totalmente os pressupostos estabelecidos. Sugere-se para pesquisas futuras, estudo semelhante, aplicado não apenas a contadores, mas também a empresários, para fins comparativos de respostas. Pode-se ainda, realizar esse estudo, analisando-se as respostas com base no porte da empresa, supõe-se que empresas de médio e grande porte tem uma visão diferente no que diz respeito a relevância da informação contábil para o desenvolvimento do negócio.

Palavras-Chave: Contabilidade Consultiva. Contabilidade. Profissão Contábil.

ABSTRACT

This research has as general objective to analyze how consultative accounting can contribute to the longevity of the accounting profession and specific to relate the main areas of performance of accounting, list the main pillars of support of consultative accounting and collect the perception of respondents about the adoption of the pillars of consultative accounting in their daily work practice. The relevance of this theme is due to the need for accountants to seek a new alternative to strengthen themselves professionally, showing entrepreneurs their real value, contributing to mutual growth. This study started from the assumptions that accounting professionals, even if empirically, adopt the good practices of consultative accounting methodology in their work routines, that the pillars of the scientific-accounting method and accessible consultative accounting technology are the most recurrent in the daily work practice of the surveyed accounting professionals and that the pillars of the role of the accountant and the strategic repositioning of consultative accounting are the least recurrent in the daily work practice of the surveyed accounting professionals. As a basis for the theoretical framework, books, research sites, articles and dissertations. The research used was descriptive and as for the means, bibliographic and field, being carried out through a questionnaire. As for the nature of the data, it is characterized as qualitative. The results obtained show that most accounting professionals need to have greater skills in different areas of knowledge to apply consultative accounting, partially and / or fully confirming the established assumptions. It is suggested for future research, a similar study, applied not only to accountants, but also to entrepreneurs, for comparative purposes of responses. It is also possible to carry out this study, analyzing the responses based on the size of the company, it is assumed that medium and large companies have a different view regarding the relevance of accounting information for the development of the business.

Keywords: Consultative Accounting. Accounting. Accounting Profession.

1. INTRODUÇÃO

Na abordagem conceitual a Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica (RIBEIRO, 2018). Sua função principal é fornecer informações seguras para que as decisões sejam tomadas com o máximo de segurança. Com o passar do tempo a contabilidade vem evoluindo, seja com novas leis, novos tributos, novas obrigações e novas tecnologias tornando-se mais desafiadora para os profissionais da contabilidade. A contabilidade consultiva vem se tornando bastante popular no meio contábil, mas o que seria de fato essa contabilidade consultiva e qual a sua relevância? Os profissionais de contabilidade estão preparados para esse desafio?

Para Ludovice (2017) contabilidade consultiva é a utilização das informações contábeis de forma ampla para gestão e tomada de decisão. Nesse sentido, percebe-se que contabilidade consultiva é na realidade a prática da própria contabilidade cumprindo com o seu real papel: auxiliar no processo de tomada de decisão.

O referencial teórico aborda história, conceitos, finalidade, áreas de atuação da contabilidade; conceito e pilares de sustentação da contabilidade consultiva e aponta quais desafios para aplicação da contabilidade consultiva.

Assim, este estudo se justifica em compreender a relevância da contabilidade consultiva no cenário atual, contribuindo para o aprimoramento do conhecimento de estudantes, acadêmicos e profissionais da área contábil, inclusive orientando-os para a aplicação no seu cotidiano atual.

No que se refere à metodologia, a presente pesquisa utilizou-se de fontes bibliográficas, nas quais foram coletadas informações de autores de livros, revistas e textos eletrônicos.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa está relacionada com os interesses práticos e com a vontade de compreender a relevância da contabilidade consultiva no cenário atual, contribuindo para o aprimoramento do conhecimento de estudantes, acadêmicos e profissionais da área contábil, inclusive orientando-os para a aplicação desta em seus escritórios, com base na análise dos desafios e benefícios da sua aplicação no seu cotidiano atual. Para tanto, tem-se a seguinte questão norteadora da pesquisa:

Qual a contribuição da Contabilidade Consultiva para longevidade da profissão contábil diante das constantes mudanças e do avanço tecnológico?

1.2 JUSTIFICATIVA

A expansão significativa na oferta dos serviços de contabilidade no Brasil, a implantação de novas tecnologias e a demanda das organizações, por profissionais habilitados a operacionalizar ferramentas de gestão cada vez mais sofisticadas, exigem, dos profissionais da contabilidade, o desenvolvimento de novas habilidades e competências.

Essas exigências advêm do fato de que eles irão desempenhar, no futuro, um papel de profissionais responsáveis pela elaboração de informações que irá subsidiar os principais grupos de agentes econômicos nas tomadas de decisão, sem se falar na importância do papel da consultoria, que vem corroborar o fortalecimento da profissão.

Na tentativa de promover o fortalecimento da profissão contábil, frente ao processo de globalização, o Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR), organismo criado em 1976, subordinado à Conferência das Nações Unidas, para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), tem o objetivo, entre outros, de promover estudos e debates referentes à contabilidade, à formação profissional e à divulgação de informações. (SILVA, 2008).

A reflexão acerca da importância do profissional da contabilidade, baseado em fatores como a volatilidade do mercado, as constantes inovações tecnológicas e as alterações das políticas tributárias, muitas vezes errôneas, exigem, assim, grandes habilidades desses profissionais.

Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2010) procurou incentivar contratações de profissionais contábeis com habilidades adicionais, como proatividade, senso de responsabilidade e a capacidade de se manter em constante atualização.

Se antes, o perfil era de um profissional que se preocupava, sobretudo, em atender as demandas tributárias e fiscais, atualmente a contabilidade precisa garantir e fornecer informações de forma gerencial a seus clientes.

Esse cenário aponta a necessidade de um novo perfil, abrindo assim possibilidades aos profissionais da contabilidade de desenvolver as atividades indispensáveis para contribuir na gestão das organizações e, trabalhar em benefício da comunidade na qual está inserido.

Diante disso, a atuação do profissional contábil, principalmente aquela concernente aos trabalhos relacionados à consultoria, ganha relevância uma vez que a responsabilidade do contador-consultor é cada vez maior.

Essa importância também é refletida sob a ótica do mercado de trabalho, no qual há uma demanda significativa por esse tipo de atuação profissional.

Assim, este estudo se justifica em compreender a relevância da contabilidade consultiva no cenário atual, contribuindo para o aprimoramento do conhecimento de estudantes, acadêmicos e para longevidade da profissão contábil, outrora, supostamente ameaçada de extinção.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma a contabilidade consultiva contribui para a longevidade da profissão contábil.

1.4.2 Objetivos Específicos

- 1) Relacionar as principais áreas de atuação da contabilidade;
- 2) Elencar os principais pilares de sustentação da contabilidade consultiva;

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTABILIDADE

Desde os tempos mais antigos da história da humanidade a contabilidade está presente para administrar e controlar o patrimônio das pessoas, surgindo da necessidade do homem acompanhar e controlar a evolução de seu patrimônio. Assim, a contabilidade faz parte da evolução e desenvolvimento do homem e da sociedade (VOLNEI, 2007).

De acordo com Silva e Martins (2006), os povos mais antigos, como chineses, egípcios, fenícios, persas, israelitas, gregos, romanos e dentre tantos outros, se destacaram pelo surgimento e desenvolvimento da linguagem e escrita dos números. A contabilidade é reconhecida como uma das primeiras ciências existentes e por isso tem sofrido grandes evoluções por ser influenciada pelos aspectos: histórico, político, econômico, entre outros.

Para Souza (2014), a contabilidade como campo do conhecimento humano especializado é bastante antiga. Alguns autores e pesquisadores americanos citam que essa ciência surgiu, na antiga Babilônia, há mais de quatro mil anos, época em que o homem já demonstrava interesse em mensurar e controlar seu patrimônio, o que evidencia que a preocupação com o controle dos bens é tão antiga quanto à humanidade.

A Contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social aplicada, pois, é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia, a Contabilidade utiliza métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua principal ferramenta. Pode-se afirmar, com certa segurança, que a origem do campo de conhecimento do que mais tarde se consubstanciaria como Contabilidade situa-se em torno de 4.000 anos A.C.

Schmidt (1996) aponta que a evolução da contabilidade acompanha os processos de desenvolvimento da sociedade humana, assim, à medida que as demandas pela utilização de informações eram necessárias mais estes conhecimentos se ampliavam. Diante disso, Mauss *et al.* (2007) afirmam que houve uma contínua busca por aperfeiçoar a contagem, transformando-o em um sistema de informação.

A consequência destes processos foi que no século XII, com as cruzadas e o contato cada vez mais intenso com a cultura árabe, variadas técnicas foram surgindo e sendo adaptadas para administração e controle do patrimônio. Schmidt (1996) explica que existem registros, deste período, de livros contábeis, que eram utilizados para registrar as principais movimentações econômicas, neste contexto, o monge italiano Luca Paccioli colocou em sistema os métodos que impulsionaram o pensamento contábil, como por exemplo, o método das partidas dobradas, sendo considerado o pai da contabilidade moderna.

A obra do Luca Paccioli trata-se da maior obra que se conhece desse gênio da matemática, uma vez que ocasionou, entre outros fatores, revolução na escrita rudimentar praticada até então, surgimento da ciência da contabilidade, com o início de pesquisas científicas que caracterizam o desenvolvimento entre professores, profissionais e estudiosos do setor, e instituição do método das partidas dobradas, que nada mais é que uma equação matemática de igualdade. (SOUZA, 2014).

O progresso que estava ocorrendo na contabilidade demandou, fundamentalmente depois da crise da bolsa de Nova Iorque em 1929, com a fixação de padrões contábeis e sua regulamentação, proporcionando o crescimento da auditoria. Após o fim da segunda guerra mundial, com a liberação da demanda reprimida de bens e serviços, a função da contabilidade torna-se imprescindível para os investidores, auxiliando-os na análise da situação financeira das empresas (BACCI, 2002).

O desenvolvimento contábil acompanha de perto o desenvolvimento econômico. Com a ascensão econômica do colosso norte-americano, o mundo contábil volta sua atenção para os Estados Unidos, principalmente a partir de 1920, dando origem ao que alguns chamam de Escola Contábil Norte-americana. O surgimento das gigantescas corporações, principalmente no início do século XX, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento que aquele país experimentou e ainda experimenta, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis norte-americanas. Não podemos nos esquecer, também, de que os Estados Unidos herdaram da Inglaterra uma excelente tradição no campo da auditoria, criando lá sólidas raízes. (IUDICIBUS; MARION; FARIA, 2018).

2.2 CONCEITUANDO A CONTABILIDADE

De acordo com Ribeiro (2005), a contabilidade é uma ciência social que tem por objetivo o patrimônio das entidades econômico-administrativas. A contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das pessoas, quer sejam físicas ou jurídicas, objetivando evidenciar suas variações, criando critérios para interpretá-lo, analisá-lo e auditá-lo, servindo como instrumento básico para a tomada de decisão.

A Contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas mutações. A Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica (RIBEIRO, 2018).

Através de seus registros, a contabilidade faz com que seja possível conhecer o passado e o presente da situação econômica de uma organização. Esses registros também representam a possibilidade de orientações de planos futuros da empresa.

Marion (1998) define a contabilidade como um recurso que oferece informações úteis para a tomada de decisões no ambiente organizacional e tem como principal objetivo auxiliar as organizações em seu processo decisório.

A Contabilidade abrange um conjunto de técnicas para controlar o patrimônio das organizações mediante a aplicação de princípios, técnicas, normas e procedimentos próprios, medindo, interpretando e informando os fatos contábeis aos donos das empresas. Todas as movimentações existentes no patrimônio de uma entidade são registradas pela Contabilidade, que resume os fatos em forma de relatórios e entrega-os aos interessados em saber como está indo à situação da empresa (SÓ CONTABILIDADE, 2007-2020).

Conforme ressalta Crepaldi (2002), a contabilidade nasceu da necessidade de controlar o patrimônio. Independentemente das diferentes definições atribuídas à contabilidade, todos os conceitos convergem em seus enunciados para o controle

do patrimônio através das informações. Desta forma, o objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades econômico-administrativas, que a contabilidade estuda, analisa e controla, registrando e informando sobre as mutações qualitativas e quantitativas ocorridas.

2.3 FINALIDADE

Desde os seus primórdios que a finalidade básica da Contabilidade tem sido o acompanhamento das atividades realizadas pelas pessoas, objetivando o controle de seus patrimônios. Registrar fatos e produzir informações que possibilitem aos proprietários de negócios o controle e planejamento e como agir no seu patrimônio.

A Contabilidade estuda o patrimônio nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. O aspecto qualitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais segundo a natureza de cada um. Trata do detalhamento desses componentes, segundo a sua espécie. O aspecto quantitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em termos monetários. (RIBEIRO, 2018).

A contabilidade faz o registro metódico e ordenado dos negócios realizados e a verificação sistemática dos resultados obtidos. Ela deve identificar, classificar e anotar as operações da entidade e de todos os fatos que de alguma forma afetam sua situação econômica, financeira e patrimonial. Com esta acumulação de dados, convenientemente classificados, a Contabilidade procura apresentar de forma ordenada, o histórico das atividades da empresa, a interpretação dos resultados, e através de relatórios produzir as informações que se fizerem precisas para o atendimento das diferentes necessidades (MIRANDA, 2002).

De acordo com Ribeiro (2018), atende a todas as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios ou acionistas (empresas societárias), administradores, governo, fornecedores, clientes, investidores que atuam no mercado de capitais, bancos, etc.

Para Ribeiro (2018), estudar o campo de aplicação da Contabilidade significa saber onde ela é utilizada, ou seja, em que os contabilistas trabalham. Assim, o campo de aplicação da Contabilidade abrange todas as entidades econômico-

administrativas. Entidades econômico-administrativas são organizações que reúnem os seguintes elementos: pessoas, patrimônio, titular, ação administrativa e fim determinado.

2.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Devido à complexidade e as exigências do mercado atual, a contabilidade procura evoluir e adaptar-se às suas demandas, pois cada ramo de atividade possui as suas particularidades e necessidades de informação para subsistir e alcançar vantagem no mercado cada vez mais disputado (MIRANDA, 2002).

Como as organizações estão incluídas num ambiente volátil e que exige informações de todas as espécies do campo de sua atividade, coube à contabilidade criar áreas de atuação para evidenciar as informações na forma e estilo exigidos pelos seus usuários.

Com toda essa dinâmica de evolução do mercado, houve a exigência de novas transformações da contabilidade, agora no sentido de separar e identificar de forma clara cada área de sua atuação, constituindo-se em um sistema de informação contábil com áreas bem divididas que apresentam objetivos bem específicos.

Contribui a isso Ott (2004) ao descrever que a vinculação da contabilidade com o ambiente empresarial onde se está competindo, demonstra que ela está subordinada e, ao mesmo tempo influenciada pelo mesmo. Neste sentido, a contabilidade evolui conforme o ambiente em que está influi e reflete as mudanças desse ambiente para prover aos usuários da informação contábil com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade da entidade objeto de contabilização, o que descaracteriza em definitivo a ideia de que a contabilidade tem função apenas fiscal e legal.

Ott (2004) destaca que cada área de atuação da contabilidade atende a demanda de informações e usuários distintos. À contabilidade financeira cabe o fornecimento de informações financeiras, fiscais e legais para usuários externos, como o governo. A contabilidade gerencial e de custos deve gerar informações para fundamentar a tomada de decisão dos gestores - usuários internos - enfocando a maximização dos resultados.

Essa dinâmica justifica-se pelas exigências de informação do ambiente em que a empresa está inserida. Cada segmento possui a sua realidade de concorrência, cadeia de suprimentos, estilo de clientes e consumidores. Por esse motivo, cabe a contabilidade adequar-se às necessidades específicas de cada ramo e se estruturar de acordo para cumprir com sua missão.

Para Mauss *et al.* (2007), com toda essa dinâmica de evolução do mercado, houve a exigência de novas transformações da contabilidade, agora no sentido de separar e identificar de forma clara cada área de sua atuação, constituindo-se em um sistema de informação contábil com áreas bem divididas que apresentam objetivos bem específicos e que são abordados no próximo tópico.

2.4.1 Contabilidade Fiscal

Todas as empresas, independente de tamanho e área de atuação, necessita efetivar o repasse das informações fiscais e contábeis aos órgãos do governo, estarem atentas às alterações na legislação e realizarem um bom planejamento tributário. Isso porque as mudanças são constantes, não apenas em relação ao mercado, mas também à concorrência e ao público.

As atividades da área fiscal de uma empresa são extremamente importantes no processo de tomada de decisões e são elas que garantem os números utilizados para o planejamento estratégico do negócio. O repasse das informações fiscais pode ser realizado através de diversos documentos, tais como: relatórios, gráficos, apresentações e planilhas, tudo para facilitar na tomada de decisões e garantir a saúde do negócio.

É através das atividades realizadas nessa área que a empresa pode conseguir benefícios fiscais, reduzir custos e buscar créditos de impostos para compensação.

Atualmente, a área fiscal acaba se limitando basicamente à escrituração e apuração de impostos, pois toda a responsabilidade que recai sobre ela se evidencia no pagamento dos tributos. Em virtude dessa limitação, a contabilidade fiscal é associada exclusivamente às obrigações fiscais.

Dentre as inúmeras atividades da área fiscal, podemos destacar a apuração de impostos como uma das mais eminentes. Outra atividade importante são as

obrigações acessórias que são transmitidas eletronicamente através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Além de promover a integração entre o FISCO de todos os entes federativos, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) tem como principais objetivos racionalizar e uniformizar obrigações, através de transmissões únicas, e acelerar a identificação de bons e maus pagadores de impostos no país. A Área Fiscal, com boa gestão, torna-se uma opção bastante atraente para as empresas, além de gerar uma série de benefícios, tais como:

- Benefícios fiscais para redução de custos;
- Melhora no fluxo de caixa, com pagamentos dos impostos e taxas;
- Redução de exposição ao fisco, com multas e fiscalizações; e
- Agilidade nos processos, nas barreiras fiscais.

A área fiscal não tem apenas o objetivo de escriturar notas fiscais e apurar impostos, é com as informações geradas pela área fiscal e contábil que as empresas identificam oportunidades e melhoram a saúde do seu negócio (LEITE, 2006).

2.4.2 Contabilidade Pública

A Área Pública é a principal ferramenta de controle e fiscalização que o governo possui sobre todos os seus órgãos. Estes estão obrigados à preparação de orçamentos que são aprovados oficialmente, devendo a Contabilidade pública registrar as transações em função deles, atuando como instrumento de acompanhamento dos mesmos. Ocupa-se com o estudo e registro dos fatos administrativos das pessoas de direito público e da representação gráfica de seus patrimônios, visando três sistemas distintos: orçamentário, financeiro e patrimonial, para alcançar os seus objetivos, ramificando-se conforme a sua área de abrangência em federal, estadual, municipal e autarquias (MIRANDA, 2002).

Define-se Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações.

Portanto, seu escopo relaciona-se ao controle e gestão dos recursos públicos. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar 101/2000), a Contabilidade Pública alçou uma maior importância e valorização. É regulada pela Lei 4.320/1964, que é a Lei das Finanças Públicas.

A Contabilidade Pública - seja na esfera Federal, Estadual, Municipal ou no Distrito Federal - tem como base a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Essa Lei está para a Contabilidade Aplicada à Administração Pública assim como a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) está para a Contabilidade aplicada à atividade empresarial.

A Contabilidade Pública registra a previsão da receita e a fixação da despesa, estabelecidas no Orçamento Público aprovado para o exercício, escritura a execução orçamentária da receita e da despesa, faz a comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, controla as operações de crédito, a dívida ativa, os valores, os créditos e obrigações, revela as variações patrimoniais e mostra o valor do patrimônio.

A Contabilidade pública está interessada também em todos os atos praticados pelo administrador, sejam de natureza orçamentária (previsão da receita, fixação da despesa, empenho, descentralização de créditos, etc.) ou sejam meramente administrativos (contratos, convênios, acordos, ajustes, avais, fianças, valores sob responsabilidade, comodatos de bens, etc.) representativos de valores potenciais que poderão afetar o patrimônio no futuro.

A Contabilidade Pública não está interessada somente no patrimônio e suas variações, mas, também, no orçamento e sua execução (previsão e arrecadação da receita, a fixação e a execução da despesa). A Contabilidade Pública, além de registrar todos os fatos contábeis (modificativos, permutativos e mistos), registra os atos potenciais praticados pelo administrador, que poderão alterar qualitativa e quantitativamente o patrimônio.

O objetivo da Contabilidade Pública é o de fornecer aos gestores, informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões, aos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às

instituições governamentais e particulares informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições. (Portal de contabilidade, 2020).

2.4.3 Contabilidade Financeira

A Área Financeira elabora e consolida as demonstrações contábeis para disponibilizar informações aos usuários externos. Ocupa-se do estudo e registro dos fatos administrativos das pessoas de direito privado, tanto as físicas quanto as jurídicas, além da representação gráfica de seus patrimônios, dividindo-se em civil e comercial (MIRANDA, 2002).

Esta é a área de origem da contabilidade desde os primórdios da sua criação, e constitui sua base de desenvolvimento e a fonte principal dos seus dados.

Mallo e Jiménez (1997) afirmam que a contabilidade financeira foi a primeira a aparecer, tendo como atribuição registrar, classificar e analisar os fatos contábeis oriundos das transações que se produzem entre o ambiente externo e a empresa. Expressa a situação periódica do patrimônio e os resultados obtidos pela empresa em sua atividade econômica. Apresenta a situação patrimonial e de caráter histórico para os diversos usuários externos que a desejam conhecer e ter garantia da capacidade empresarial em gerar resultados futuros.

Assim, verifica-se como sua principal função, gerar informações que possibilitem aos seus usuários, tanto internos quanto externos à entidade, conhecer a realidade financeira dessa unidade econômica e, com essa base, estarem capacitados a tomar decisões (OTT, 2004).

Para o autor, a contabilidade financeira é elaborada com base nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, na legislação vigente e cumprindo normas emitidas pelos órgãos de controle como, por exemplo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tendo como objetivo gerar informações dirigidas principalmente aos interessados externos.

Segundo Marion (1998, p. 29), “é a contabilidade geral, necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas aos seus usuários e é obrigatória para fins fiscais”. De acordo com a área de atuação da organização, objeto da

contabilidade, pode ser denominada como agrícola, bancária, pública, comercial, hospitalar, etc.

Portanto, a contabilidade financeira representa a contabilidade geral e tradicionalmente utilizada pelas organizações de forma obrigatória, que tem como principal e praticamente único objetivo o atendimento das exigências fiscais, legais, normativas e demonstrar a situação financeira da entidade para os usuários internos e também externos, para que possam decidir sobre a possibilidade de se relacionar ou comercializar com a mesma.

2.4.4 Auditoria

Muitos autores descrevem vários tipos de auditoria, no entanto, este trabalho tratará somente de dois tipos de auditoria, que, segundo Crepaldi (2004), são a auditoria de demonstrações financeiras e a auditoria operacional, ou de gestão. Esses dois tipos de auditoria também se traduzem por auditoria externa (ou independente) e auditoria interna respectivamente.

De acordo com Almeida (2003, p. 26), a auditoria externa das demonstrações contábeis é:

Entretanto, a auditoria interna (operacional), para Oliveira e Diniz Filho (2001, p. 16), “[...] constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.”.

Essas duas modalidades de auditoria citadas podem ser confundidas muitas vezes. Por isso, torna-se necessário esclarecer algumas diferenças básicas entre elas: como o propósito do trabalho, os parâmetros para a sua execução, a preocupação com os controles internos, a dependência profissional, a forma de relatórios e os principais usuários.

Para que se possam obter eficiência e eficácia nesses procedimentos, fazem-se necessários o embasamento nas normas e princípios de contabilidade geralmente aceitos e a contratação de um profissional independente auditor externo para emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis, ou seja, há um inter-relacionamento entre às duas auditorias, pois a auditoria externa considera a auditoria interna como parte do sistema de controle de uma empresa. Se perceber

que a atividade exercida pela auditoria interna funciona com naturalidade, neutralidade e a contento, a auditoria externa simplifica seu trabalho, reduzindo sua extensão. (ATTIE, 1992).

Área de Auditoria, que compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações, internas e externas, relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão destes registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. (SILVA, 2008).

2.4.5 Perícia Contábil

Perícia Contábil, responsável por elaborar laudos em processos judiciais ou extrajudiciais sobre organizações com problemas financeiros causados por erros administrativos.

Magalhães et al. (1995) conceituam perícia como um trabalho de notória especialização, feito com o objetivo de obter prova ou opinião, e acrescentam que se destina a orientar uma autoridade formal no julgamento de um fato. O conceito perícia contábil está necessariamente ligado ao conceito geral de perícia, visto que a adjetivação apenas designa a matéria sobre a qual a perícia recairá, ou em qual área do conhecimento humano irá atuar.

Alberto (2002) afirma que, uma vez definido o objeto da Ciência Contábil, qual seja, o patrimônio, é possível inferir que a perícia será de natureza contábil sempre que recair sobre elementos objetivos, constitutivos, prospectivos ou externos, do patrimônio de quaisquer entidades.

O Conselho Federal de Contabilidade, pela Resolução número 858 de 21 de outubro de 1999, que reformulou o teor da NBC T 13, conceitua perícia contábil como o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória, elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

Embora a ênfase se dê em relação à atuação judicial da prova, a perícia se reporta a uma instância decisória qualquer, em juízo ou fora dele.

Assim, a perícia contábil tem por objetivo geral a constatação, prova ou demonstração da verdade real sobre seu objeto. É através do laudo pericial que o conhecimento do expert é transferido para o ordenamento da instância decisória, judicial ou extrajudicial.

Para Zarzuela et al. (2000), o laudo pericial é documento processual de interesse judiciário, o qual consiste na exposição minuciosa, circunstanciada, fundamentada e ordenada das apreciações e interpretações realizadas pelo perito, que oferecerá ao juiz, subsídios para a formação de seu convencimento.

É no laudo pericial que se encontra por escrito o pronunciamento ou manifestação do especialista sobre suas conclusões a respeito do assunto controvertido, ou sobre o qual haja dúvida, submetido à sua apreciação, conforme escreve Sá (1994), ou seja, o laudo pericial é o produto final do trabalho do perito, é esta peça que será entregue pelo perito ao juiz, para auxiliá-lo na solução do contraditório.

Como destaca Moura (2002), o laudo pericial é presumivelmente verídico, somente admitindo contestação quando existir prova em contrário ou quando for incoerente. Assim, o laudo pericial deve ser fundamentado, devendo apresentar os subsídios técnico-científicos para que haja uma indelével apreciação jurídica e pleno entendimento do juiz no momento da sentença, como ressaltam Manoel e Ferreira Júnior (2005).

Deste modo, a responsabilidade do perito, em sua função de auxiliar da justiça, está evidenciada pela influência que o laudo pericial pode exercer sobre uma sentença. Portanto, como afirma Alberto (2002), o perito deve agir conscientemente, conduzindo seu trabalho com rigor científico, buscando encontrar a verdade demonstrável cientificamente.

2.4.6 Controladoria

O surgimento do conceito de Controladoria deveu-se à necessidade aparente de controle por parte das organizações norte-americanas, de suas subsidiárias e filiais, no início do século XX. Devido ao processo de fusão ocorrido com muitas empresas, que proliferaram durante a Revolução Industrial, durante o século XIX, foram originados grandes conglomerados, os quais eram

caracterizados por ter uma estrutura verticalizada em forte crescimento, organizada sob forma de departamentos e divisões. Com a formação desta estrutura tão complexa foi requisitado por parte dos acionistas e gestores um controle central em relação aos seus departamentos e divisões que se espalhavam rapidamente pelos Estados Unidos e outros países, seguindo a tendência da descentralização. (MARTINS, 2005).

Segundo Monteiro (2010), historicamente, a controladoria surgiu no início do século XX nos Estados Unidos, com o crescimento empresarial e mais tarde com fusões ocorridas entre as empresas criadas, formando grandes organizações e conseqüentemente aumentando a complexidade de suas atividades. No Brasil, a função Controladoria foi incorporada à prática empresarial com a instalação das multinacionais americanas no país.

Segundo Mosimann et al. (1999), a controladoria é um conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos da Administração, Economia, Psicologia, Estatística e, principalmente, da Contabilidade, que se ocupa da gestão econômica das empresas, buscando orientá-las para a eficácia, delegando autoridade para tomada de decisões sobre eventos, transações e atividades que possibilitem o enquadramento do suporte ao processo de gestão.

Borinelli (2006) conceitua a Controladoria como um conjunto de conhecimentos que se constituem em bases teóricas e conceituais de ordem operacional, econômica, financeira e patrimonial, relativas ao controle do processo de gestão organizacional.

Sell (2004) identifica de forma bem clara, o uso da Contabilidade pela Controladoria, que auxilia a gerência e aos superiores na administração do negócio, como forma de expansão, flexibilização e adaptação às novas realidades empresariais à medida que ele argumenta que a Controladoria (ou contabilidade gerencial) confecciona relatórios conforme as necessidades dos administradores, muitas vezes utilizando como fonte de informações dados contidos nos relatórios advindos da contabilidade financeira (ou contabilidade tradicional), em que os dados são transformados em uma linguagem mais concisa e clara para o administrador.

Borinelli (2006) conclui que o objeto de estudo da Controladoria são as organizações, ou seja, o modelo organizacional como um todo, os quais podem ser

subdivididos em: a) processo (e o modelo) de gestão como um todo, especialmente em suas fases de planejamento e controle, com suas respectivas ênfases: gestão operacional, econômica, financeira e patrimonial; b) necessidades informacionais, consubstanciadas nos modelos de decisão e de informação; c) processo de formação dos resultados organizacionais, compreendendo o modelo de mensuração e o modelo de identificação e acumulação.

A controladoria é considerada uma atividade de grande importância dentro das organizações. É por meio de uma análise de dados por ela gerados que se discutem os rumos a seguir, observando-se as tendências mercadológicas e organizacionais. Desde já, ressalta-se que não é função da controladoria a tomada de decisões, pois isso é tarefa para os executivos da empresa. Além disso, para que possa decidir de forma eficaz, o gestor conta com o apoio da controladoria, que é, em síntese, o setor/função que reúne as informações da contabilidade financeira juntamente com as análises da contabilidade gerencial.

A controladoria pode ser visualizada sob dois enfoques: como ramo do conhecimento e órgão administrativo. Como ramo do conhecimento, é responsável pelo estabelecimento das bases teóricas e conceituais necessárias para a modelagem, construção e manutenção dos sistemas de informações, apoiando-se sobretudo em informações contábeis e numa visão multidisciplinar.

Já como órgão administrativo, a Controladoria possui uma estrutura funcional formada por conceitos e técnicas derivadas da contabilidade, economia e administração para desenvolver as atividades contábeis, fiscais e administrativas, objetivando a geração de informações úteis e necessárias aos gestores para as tomadas de decisão na busca da eficácia empresarial. (GONÇALVES, 2017).

2.5 CONTABILIDADE CONSULTIVA

Para Ludovice (2017), a contabilidade consultiva surge com o objetivo de utilizar as informações contábeis de maneira mais ampla nas áreas estratégicas, de gestão e tomada de decisões. Hernandez (2018) nos mostra que o termo “contabilidade consultiva” expressa um novo comportamento do profissional de contabilidade, que se posiciona como consultor de negócios. Sousa (2019) compara essa atuação consultiva do contador a de um médico, pois ele é capaz de

identificar as dores do empresário, saber o que ele precisa melhorar na sua empresa e ajudar o empresário a resolver essas dores.

Considerando que consultoria é quando um especialista dá seu parecer sobre o conhecimento adquirido e que o domina, então a contabilidade sempre foi consultiva.

De acordo com Rocha (2018), a contabilidade consultiva é a aplicação da contabilidade na qual o contador atua mais próximo do empresário, focando no relacionamento e no sucesso do cliente, utilizando-se da ciência da contabilidade para diagnosticar e cuidar da saúde das organizações, levando-as ao lucro e à prosperidade. A contabilidade consultiva refere-se a uma nova tendência da contabilidade no contexto empresarial, onde o contador e o empresário interagem estrategicamente o negócio, analisando os dados conjuntamente para servir de base nas tomadas de decisão.

Portanto, a expressão “contabilidade consultiva” é usada no sentido de reforçar o verdadeiro papel da contabilidade como ciência e desmistificar essa visão deturpada da contabilidade de mera auxiliar do governo na arrecadação de impostos.

A contabilidade consultiva tem como finalidade inovar a forma de atuação da contabilidade tradicional, estreitando os laços de proximidade com seus clientes, de modo a oferecer serviços diferenciados com resultados mais técnicos, consultivos e estratégicos, agregando valor ao setor contábil deixando-o mais importante para os negócios. Atuar como parceiro das organizações, independente do segmento ou porte, aplicando os conhecimentos dos profissionais da área não só para atender as exigências legais e tributárias. Manter os gestores e líderes sempre informados dos aspectos contábeis mais relevantes da empresa. Aprofundar o nível de compreensão dos gestores sobre o negócio e suas finanças e contribuir para o crescimento do negócio de maneira mais sustentável.

2.5.1 Pilares da contabilidade consultiva

A expressão “Contabilidade Consultiva” está se tornando muito habitual no mercado contábil. Esse conceito tem sido alvo de críticas e de defensores fervorosos no mercado contábil. Conforme Rocha (2018), ele existe para distinguir

a contabilidade como ciência da riqueza, da contabilidade fiscal praticada tradicionalmente.

O uso das informações contábeis para diagnosticar a saúde das organizações tornou-se ideias claras nos negócios e ajuda os empresários a tomarem decisões mais assertivas.

É notório, que o grande papel da “contabilidade consultiva” é enxergar nos números onde estão os problemas na empresa e dar direção para sua solução. É acarretar lucro para as empresas usando os dados disponíveis.

A contabilidade consultiva é capaz de detectar o problema que não está sendo visto pelo empresário e dar a clareza que falta para sua solução.

Conforme Rocha (2018), para aplicar a contabilidade consultiva faz se necessário entender quais os pilares que a sustentam e fortalecer os profissionais da contabilidade em cada um deles. Para a autora esses pilares são:

1. Método científico-contábil: a contabilidade baseada em evidências
2. Contador Protagonista: o ato de assumir responsabilidades
3. Reposicionamento estratégico: a morte do contador darfeiro
4. Treinamento e Prática: a arte de fazer a Verdadeira Contabilidade
5. Relacionamento com o Cliente: o diferencial humano
6. Tecnologia Acessível: a inteligência artificial a serviço do contador.

Para a autora, cada um dos pilares é altamente aplicável e adequado com a realidade de um empresário contábil brasileiro.

Quadro 1 - Pilares da Contabilidade Consultiva

Pilar	Característica	Descrição
1º pilar	Método Científico-Contábil	Ter objeto próprio, método específico, finalidade determinada, teorias, hipóteses e tradição.
2º pilar	Protagonismo do Contador	Assumir as responsabilidades, desempenhando seu verdadeiro papel seja como empresário ou como colaborador, sem jogar a culpa dos fracassos que ocorrem para outras pessoas.
3º pilar	Reposicionamento Estratégico	Refere-se à modernização do modelo de negócio, trabalhando os pontos principais como vendas, processos/pessoas e serviços prestados.
4º pilar	Treinamento e Prática	Ler, reler, estudar e praticar a contabilidade continuamente.
5º pilar	Relacionamento com o Cliente	Visitar, conversar, conhecer o empresário como ser humano, não só como cliente.
6º pilar	Tecnologia Acessível	Automatizar todos os processos com softwares e uso da inteligência artificial.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

2.5.2 Desafios da contabilidade consultiva

Atualmente, existe uma grande dificuldade por parte dos profissionais da contabilidade de atuarem de maneira mais consultiva, de fazer a verdadeira contabilidade, em virtude da enorme carga burocrática proveniente do Estado, pois as numerosas obrigações acessórias tomam muito tempo para que sejam executadas e cumpridas nos prazos estabelecidos pelo Estado. Santos (2012) constatou em sua pesquisa que entre os problemas internos enfrentados na prestação de serviços de consultoria, o mais exposto foi falta de tempo pelo excesso de serviços.

Além disso, outro grande imbróglio para os profissionais da contabilidade é a visão dos clientes com relação à relevância da informação prestada para a gestão dos negócios.

Lima (2018) corrobora que os serviços contábeis executados por escritórios de contabilidade são vistos, pela grande parte dos micros e pequenos empresários, como uma obrigação devido aos tributos que devem ser pagos. Com essa imagem preconcebida, se torna difícil mostrar os demais benefícios que a contabilidade pode fornecer e revelar os pontos positivos que a colaboração de empresários e contadores pode oferecer para ambos.

Ainda de acordo com Lima (2018, p. 10) “é de suma importância que o relacionamento com os clientes de serviços contábeis possa ser estabelecido de forma que estes últimos conheçam a finalidade da contabilidade”. Bezerra (2014, p. 281) afirma que “o relacionamento com o cliente vai muito além do conteúdo. É preciso que o contador perceba suas reais preocupações e pretensões para então perceber as possibilidades e estabelecer um bom relacionamento com o cliente”. O contador necessita de uma aproximação mais íntima, fraterna, com o empresário, estar presente em seu dia a dia para melhor entender as dificuldades por ele enfrentadas e buscar soluções eficazes para o seu negócio.

Se por um lado, o cliente não valoriza as informações contábeis como o deveria, talvez por não ter conhecimento suficiente para interpretá-las, por outro, os contadores precisam de um maior empenho para agregar valor aos seus serviços, necessitam de uma mudança de postura, de uma conscientização no sentido de que eles têm esse poder: gerar lucros através da verdadeira execução

da contabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, com o intuito de alcançar o objetivo geral proposto, isto é, analisar de que forma a contabilidade consultiva pode contribuir para a longevidade da profissão contábil e os resultados obtidos pela coleta de dados.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa classifica-se quanto à abordagem do problema, como qualitativa, porque aborda a visão dos profissionais de contabilidade e áreas afins com relação a contribuição da contabilidade consultiva para longevidade da profissão contábil e aos desafios para a sua prática e também por ser mais voltada para a avaliação dos dados, desenvolvendo ideias acerca das respostas recebidas. Strauss e Corbin (1998) conceituam pesquisa qualitativa como: “(...) toda aquela pesquisa que produza descobertas não sejam através de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação”.

O objeto de estudo desta pesquisa é a contribuição da contabilidade consultiva para longevidade da profissão contábil.

Para atingir aos objetivos propostos nesta pesquisa sua classificação toma como base a taxionomia apresentada por Vergara (2003), que a qualifica conforme dois critérios: quanto aos meios e quanto aos fins.

Quanto aos meios a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica porque será desenvolvido um estudo sistematizado com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público, em geral. E de campo porque segundo Vergara (2003, p. 47-48) é “uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno, ou que dispõe de elementos para explica-lo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente este estudo fez uma breve apresentação da contabilidade como ciência, em que ficou evidenciado que a contabilidade como ciência milenar, surgiu para atender à necessidade de controle do patrimônio pelos homens. Esta mesma contabilidade, surgida rudimentar, evoluiu com os avanços econômicos das civilizações, tornando-se atualidade imprescindível para impulsionar o controle das atividades mercantis em geral. No entanto, até agora a evolução tem sido lenta, mas a globalização trouxe novas e variadas demandas no fazer contábil, exigindo-se uma postura muito mais arrojada e proativa dos profissionais da contabilidade.

O primeiro objetivo específico dessa pesquisa foi relacionar as principais áreas de atuação da contabilidade, para mostrar o vasto campo para a prática do fazer contábil. Foi possível observar que, os profissionais da contabilidade, mesmo que empiricamente, adotam as boas práticas da metodologia da contabilidade consultiva nas rotinas de trabalho, não apenas mantendo as limitações aos afazeres contábeis e sim ampliando o campo de conhecimento para outras áreas. É necessário ter em mente que no século atual, novas realidades vieram à tona, com a valorização do chamado capital intelectual e o reconhecimento da relevância dos profissionais como uma fonte primordial de vantagens.

O segundo objetivo específico foi elencar os principais pilares de sustentação da contabilidade consultiva - nova tendência do mercado contábil – utilizados para fortalecer as ações para sua devida aplicação, direcionando os profissionais de contabilidade a terem uma nova postura diante do cliente, dos colaboradores e do mercado.

Outras percepções acerca desse estudo, no que se refere aos desafios para a aplicação efetiva da contabilidade consultiva, dentre os fatores praticados pelas empresas, observou-se a falta de tempestividade, a insuficiência da informação e a falta de organizações e processos. Já dentre os fatores praticados pelos escritórios de contabilidade, destacou-se a falta de tempo/excesso de serviços e a complexidade das atividades dos negócios. No entanto, o contador não pode deixar-se tomar pelas dificuldades, deve buscar cada vez mais atualizar seus conhecimentos e utilizar-se de ferramentas que otimizem seus recursos (como a tecnologia da informação), a fim de reverter essa situação.

Sugere-se para pesquisas futuras, estudo semelhante, aplicado não apenas a contadores, mas também a empresários, para fins comparativos de respostas. Pode-se ainda, realizar esse estudo, analisando-se as respostas com base no porte da empresa, supõe-se que empresas de médio e grande porte tem uma visão diferente no que diz respeito à relevância da informação contábil para o desenvolvimento do negócio. Portanto, os conceitos expendidos neste estudo e que conduziram à obtenção dos resultados não pretendem esgotar o assunto acerca dessa temática, mas dar uma contribuição para exploração desse tema, em outros contextos.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ALMEIDA, Marcelo Calvalcanti. **Auditoria**: Um Curso Moderno e Completo. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, Willian. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

BACCI, João. **Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro**: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica. 175 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

BEZERRA, Ananda Viana; SILVA Irene Caíres; LIMA, Luiz Gustavo Gonçalves; GIACOMELLI, Sandra Cristina Pelegrini; LEPRE, Thais Rubia Ferreira. **Consultoria**: o papel do consultor nas organizações privadas. Revista Colloquium Humanarum, vol. 11, n. Especial, Jul-Dez. 2014, p. 277-285. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2014.v11.resp.00539. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4212966-Consultoria-o-papel-do-consultor-nas-organizacoes-privadas.html>>. Acesso em 15 mai. 2020

BORINELLI, Márcio Luiz. **Estrutura conceitual básica de controladoria**: sistematização à luz da teoria e da práxis. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Resolução n. 858/99 - Conselho Federal de Contabilidade - Publicada no DOU de 29.10.99 Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 13 - Da Perícia Contábil. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/resolucoes_cfc/RES_858.DOC>. Acesso em: 04 abr. 2006.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: Teoria e Prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FERNANDES, Ana Rita Venzon; STUEPP, Jefferson; DALLABONA; Lara Fabiana. OLIVEIRA, Gabriela de Ramos. **Percepção dos Empresários e Profissionais de Contabilidade do Vale Norte do Estado de Santa Catarina Quanto ao Uso de Informações Contábeis para Decisões Gerenciais**. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2018/congressinho-todos-trabalhos.html>>. Acesso em 22 de Mai. 2020.

GONÇALVES, Daniel de Amorim; LOSILLA, Marcelo. **Controladoria Empresarial**: gestão financeira em micro e pequenas empresas. HÓRUS, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2017.

GRECO, Alvíso Lahorgue, et al.. teoria e práticas básicas. São Paulo: Saraiva, 2016.

GRZESZESZYN, Gilberto. **Contabilidade gerencial estratégica**: conceito e caracterização. Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153, v. 3, n. 1, p. 09-28, 2005.

HERNANDES, A. **O que é contabilidade consultiva**, 2018. (4m35s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nKL9GLdR1ac>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina. **De Introdução à teoria da contabilidade**: para graduação. São Paulo: Atlas, 2018.

LEITE, Jackeline. 2016. **O que faz a área fiscal**. 2016. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/o-que-faz-a-area-fiscal/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LIMA, Iam. **O grau de maturidade das micro e pequenas empresas e a informação contábil no processo de decisão**: evidência em um município paraibano. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

LUDUVICE, Simoni. **Desafios da contabilidade consultiva**, 2017. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/4290/beneficios-da-contabilidade-consultiva/>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias. **Perícia contábil**, uma abordagem teórica, ética, legal processual e operacional. São Paulo: Atlas, 1995.

MANOEL, Ronildo da Conceição; FERREIRA Júnior, Vital. **Perito-contador**: com foco na área econômico-financeira. Curitiba: Juruá, 2005.

MARION, José Carlos. **Preparando-se para a profissão do futuro**. Contabilidade Vista & Revista, v. 9, n. 1, p. 14-21, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Orleans Silva. **O planejamento em micro e pequenas empresas comerciais**: planejamento através da controladoria. 2005. (Monografia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Contabilidade, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2005.

MAUSS, César Volnei; BLEIL, Claudécir; BONATTO, Aline; OLIVEIRA Camila Silva de; SANTOS Getúlio Zanatta Dos. **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. In: Simpósio De Excelência Em Gestão E Tecnologia – Seget, Iv., 2007, Resende, **Anais**. Resende-RJ, Faculdade Dom Bosco, 2007.

MALLO, Carlos; JIMÉNEZ, María Ângela. **Contabilidad de Costes**. Madrid : Ediciones Pirâmide, 1997.

MIRANDA, Daniela. **Apostila contabilidade básica**. 2002. Disponível em: <<https://www.docsity.com/pt/apostila-contabilidade-basica-miranda/4740852/>>. Acesso em: 30 abr. 2020

MONDANDON, Mabelle Martinez; SIQUEIRA, Jose Ricardo Maia de; OHAYON, Pierre. **Avaliação de empresas em perícias contábeis**: um estudo de casos. Pensar Contábil, v. 10, n. 39, 2008.

MONTEIRO, José Morais. **Controladoria empresarial**: gestão econômica para as micro e pequenas empresas. São Cristóvão: RMPE 2010.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Silvio. **Controladoria** - seu papel na administração de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOURA, Ril. **Perícia contábil**: judicial e extrajudicial: teoria e prática. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

OLIVEIRA, L. M.; DINIZ FILHO, A.. **Curso básico de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA Antônio Benedito Silva. (coord). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OTT, Ermani. **Contabilidade Gerencial Estratégica**: Inter-relacionamento da contabilidade financeira com a contabilidade gerencial. BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 35 – 46, mai/ago. 2004.

PELEIAS, I. R.; COMETTI, G.; SOUZA, J. C.. **O exame de suficiência**: Análise de seus aspectos legais, dificuldade e utilidades para sociedade. Revista Álvares Penteado. v. 4, n.10., p.25., dez 2002.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Contabilidade pública**. Portal de contabilidade, 2020. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadepublica.html>> Acessado em: 30 de abril de 2020.

RIBEIRO, Osnir Moura. **Contabilidade avançada**. Saraiva Educação SA, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROCHA, F. **Tudo sobre contabilidade consultiva**, 2018. Disponível em: <<http://blog.nucont.com/tudo-sobre-contabilidade-consultiva/>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTOS, Caio Rafael Dias. **Qualidade e relevância dos serviços de contabilidade gerencial ofertados às micro e pequenas empresas do Distrito Federal sob a perspectiva dos escritórios de contabilidade**. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Ciências Contábeis, Centro Universitário de Brasília, 2012.

SCHMIDT, Paulo. **Uma contribuição ao estudo da história do pensamento contábil**. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SELL, Graciele Kiesser. **Uma sistemática para inserir a contabilidade gerencial no processo decisório nas pequenas e médias empresas: um estudo de caso**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do pensamento contábil: Com ênfase na história da contabilidade brasileira**. Curitiba: Juruá, 2006.

SILVA, Amilton Paulino. **A percepção dos profissionais de auditoria quanto ao ensino de auditoria contábil nos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil**. 2008.

SÓ CONTABILIDADE. Conceito de Contabilidade. **Virtuous Tecnologia da Informação, 2007-2019**. Disponível em [:<http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/conceito.php>](http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/conceito.php) Acesso em: 30 abril de 2020.

SOUSA, Raiane Paulino. **Contabilidade consultiva: um estudo sob a perspectiva dos contadores da cidade de Campina Grande – PB**. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

SOUZA, Ailton Fernando. **Contabilidade na Prática**. São Paulo: Trevisan, 2014.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research techniques**. Thousand Oaks, CA: Sage publications, 1998.

VOLNEI, César; BLEIL, Claudécir; BONATTO, Aline; OLIVEIRA Camila Silva de; SANTOS Getúlio Zanatta Dos. **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. Artigo On-Line. Ulbra, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant . C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. ed.: Atlas, 2003.

ZARZUELA, José Lopes; MATUNAGA, Minoru; THOMAZ, Pedro Lourenço. **Laudo pericial**: aspectos técnicos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.